

Anais da Assembléia

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 27 DE NOVEMBRO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério

— Quielise Crisóstomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli —

Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes —

Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares

REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério —

Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Ba-

raniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista

REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel

VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin —

Iris M. Caldart (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Ney Rodrigues

REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebas-

tião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel

Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — An-

tonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins

REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo

VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella — (M.D.B.)

Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P.

Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)

Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielise Crisóstomo

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin

— Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima —

Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)

REUNIÕES — As terças-feiras

SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza

Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.)

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr.

— Alvaro Dias (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lélío Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quiel-

ise Crisóstomo — Domicio Scaramella (M.D.B.)

SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho

REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes —

Domicio Scaramella (M.D.B.)

Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973.

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 237.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 27 de novembro de 1973 (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Jorge Sato, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Basílio Zanusso.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: — Santos Lima — Odilon Reinhart — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Aguiinaldo Pereira Lima — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacómel — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Ovídio Franzoni — Paulo Camargo — Quielise Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Fortes — Antônio Maciel — Ivo Rocha (38); achando-se ausentes os Srs. Deputados: João Mansur — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Luiz Roberto Soares — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Paulo Poli — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (9).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 38 Srs. Deputados.

Passaremos a apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 92-73, de autoria do Dep. David Federmann, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga o Município de Tibagi ao de Castro. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C.

PROJETO DE LEI N.º 92-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga Tibagi ao Município de Castro.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 15 de maio de 1973

(a) — David Federmann

JUSTIFICATIVA: — Os Municípios de Tibagi e Castro tem tido suas safras agrícolas grandemente aumentadas, particularmente com os incentivos recebidos para a cultura do trigo, arroz e soja, prevendo-se para este ano uma volumosa safra. Lamentavelmente o seu escoamento tem sido prejudicado com as condições das estradas, principalmente o trecho de que trata o presente Plano de Lei. O D.E.R. tem a melhor condição técnica e material para a conservação e melhoria da referida estrada com grande benefício para a região.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 92-73

Autor: — Dep. David Federmann

I) — Como bem demonstra a justificativa apresentada pelo autor, a estrada que se pretende transferir à responsabilidade do D.E.R. é de grande importância econômica para o Estado.

II) — Tratando-se de mera autorização legislativa, nenhum impedimento existe, que possa se antepor ao Projeto.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 27-6-73

(Ass. ilegível) — Presidente

Paulo Camargo — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 92-73

Autor: — Dep. David Federmann

PARECER

O presente Projeto de Lei, não apresenta qualquer implicação de ordem financeira, pois se trata de matéria de meramente autorizatória.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21 de agosto de 1973

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 92-73

Autor: — Dep. David Federmann

Submete-se à deliberação desta Comissão, Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado David Federmann, autorizando o Poder Executivo a transferir para a responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga Tibagi ao Município de Castro.

As Doutas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, na sua devida oportunidade, opinaram pela aprovação do Projeto.

Esta Comissão no âmbito que lhe é próprio, não vê razões para negar o acolhimento da matéria, visto possuir o Departamento de Estradas de Rodagem,

melhores condições técnicas e materiais para a conservação e melhoria da mencionada rodovia, proporcionando grandes benefícios para a região enfocada.

Faça as considerações acima expendida opinio pela APROVAÇÃO da proposição.

É o parecer.

Borsari Neto — Presidente

Arthur de Souza — Relator

gime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 282-73.

— de autoria do Senhor Deputado Borsari Neto, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 260-73.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo assinado, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, a inclusão de um voto de congratulações pelo transcurso do X Aniversário de Fundação da Associação das Médicas do Brasil — Seção do Paraná.

A referida Associação congrega as mais ilustres médicas do Estado, as quais contribuem para as melhores condições físicas e psíquicas de toda a comunidade paranaense.

Da decisão da Casa, solicita-se, ainda, dê-se ciência à Presidência da As-sociação das Médicas do Brasil — Seção do Paraná.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1973.

(a) Jorge Sato

Requerimento

Senhor Presidente:

Hoje a Assembléia Legislativa comemora o centenário de Plácido de Castro. Por uma coincidência, a Nação brasileira relembra, com tristeza e com patriotismo ao mesmo tempo, os mortos no cumprimento do dever, de 1935, quando enfrentaram, na madrugada, os traidores da Pátria e negadores das verdades cristãs, que, a soldo do comunismo, queriam implantar aqui a sua republiquetta de badernas.

Plácido de Castro proclamou heroicamente a independência do Acre, para o Brasil. Os heróis de 35, confirmaram, pela sua luta e pelo seu exemplo, os mesmos princípios de liberdade e de independência.

As datas se completam, pois estando designada a Hora do Expediente para homenagear Plácido de Castro, apresentamos o presente Requerimento, solicitando que após ouvido o Plenário, sejam transcritos nos Anais do Legislativo Estadual, as magníficas Ordem do Dia do Senhor Ministro de Exército e do Senhor Ministro da Aeronáutica, reverenciando os heróis de 35.

Será esta, uma homenagem justa da Assembléia Legislativa aqueles que não podem ser esquecidos jamais, pelo exemplo de luta e de sacrifício pela Pátria e pelas sagradas tradições cristãs de nossa terra e de nossa gente.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1973.

(a) Antônio Lopes Júnior

Pede-se que da decisão da Casa seja dado conhecimento ao Ministério do Exército, Ministério da Aeronáutica, ao Comando da 5.a Região Militar e ao Comando da EOEg.

Requerimento

Senhor Presidente:

Um levantamento procedido pelo próprio Distrito local do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem comprovou que perto de 80% do tráfego de veículos na BR-116, trecho entre o Pinheirinho e Atuba, aqui em Curitiba, é urbano e não rodoviário. O fato vem indicar, com veemência, a necessidade de deslocar-se oanel rodoviário para mais aqum, visto que o mencionado trecho transformou-se já em verdadeira Avenida.

Tanto assim é, que foi o próprio DNER que acedeu em sinalizar os cruzamentos com as avenidas Salgado Filho, Victor do Amaral e Afonso Camargo. Entretanto, se o fez, não consultou aquele órgão aos interesses da comunidade, porquanto, ao mesmo tempo, trancou definitivamente as outras vias de acesso à BR-116 e aos bairros da Zona Sul. Se não bastasse, nos semáforos que controla, o DNER estipulou três tempos para a rodovia, um para as vias urbanas. A consequência são engarrafamentos constantes nas saídas da cidade, sem que o tráfego na BR-116 justifique a sinalização privilegiada.

Nestas condições, o Deputado que adiante subscreve requer, ouvida a Casa, encaminhe-se expediente ao Ilustríssimo Senhor Chefe do Distrito do DNER no Paraná, pleiteando que se empenhe junto ao Ministério dos Transportes pelo deslocamento da BR-116.

E, como medida imediata e urgente, determine a reprogramação dos semáforos, com preferência às vias urbanas, usadas pela população de toda a Zona Sul.

Sala das Sesses, em 26 de novembro de 1973.

(a) Erondy Silvério

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Curitiba, Doutor Jayme Lerner, um pedido de informações, no sentido que S. Exa. confirme oficialmente a esta Casa, as informações contidas no pronunciamento do nobre Deputado Paulo Poli, feito da Tribuna desta Assembléia, em Sessão do dia 26 do corrente, o qual destacamos e transcrevemos o seguinte:

“No fim da semana passada fomos convocados por S. Exa. o Senhor Secretário do Interior e Justiça, Doutor Octávio Cesário, ocasião em que nos comunicou que, em entendimento que havia tido com o Senhor Prefeito Municipal, atendendo apelo que fora feito por nosso intermédio e por intermédio desta Casa, estava, de certa forma, marcado um esquema para a solução dos problemas dos choferes de taxis emplacados em Municípios da área metropolitana, os chamados “piranhas”.

“Hoje, após aquele entendimento, S. Exa. fez questão que nos comunicássemos por telefone com S. Exa. o Senhor Prefeito Municipal de Curitiba que confirmou aquele entendimento.

(Assinaturas ilegíveis)

O SR. PRESIDENTE — Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, peço a V. Exa. que faça constar o meu voto favorável ao Projeto, de solidariedade a este grande Deputado de Ponta Grossa, Dr. David Federmann.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Projeto de Lei n.º 92-73, de autoria do Sr. Deputado David Federmann. — Aporvado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, convocando outra para amanhã, dia 28, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 92-73.
Levanta-se a Sessão.

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 238.ª Sessão Ordinária Realizada em 27 de novembro de 1973 (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Aginaldo Pereira Lima — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicílio Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacchi — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomei — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Quielise Crissótomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Fortes — Antônio Maciel e Ivo Rocha. (38); achando-se ausentes os Srs. Deputados João Mansur — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Luiz Roberto Soares — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Paulo Poli — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva. (9).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

EMENDA:

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 248-73

Acrescente-se, onde couber, o seguinte:

“Art. ... Ao ex-combatente, funcionário público civil, fica assegurado, ao se aposentar, o direito à elevação de dois (2) níveis na carreira a que pertence, ou, se em final de carreira, com os respectivos vencimentos acrescidos de valor equivalente àquela elevação”.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1973.

(a) Nelson Buffara

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Resolução n.º 74-73.

— de autoria do Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior, solicitando Res. Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1973.

(a) Erondy Silvério

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve no uso de suas atribuições legítimas e após ouvido o ilustre Plenário desta Casa,

REQUER:

1.º — seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Governador Emílio Gomes, solicitando-lhe reivindicar junto ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e da Petróleo Brasileiro S. A. — Petrobrás —, a inclusão do Município da Lapa no programa de implantação do complexo petroquímico da região sudeste do Paraná, ora em execução.

2.º — que o expediente retro referido seja instruído com o discurso proferido perante o ilustre Plenário, nesta Sessão, devendo o mesmo ficar fazendo parte integrante do presente Requerimento, como justificativa.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, 26 de novembro de 1973.

(a) João C. Fadel

Senhor Presidente,
nobres Deputados:

O Governo do Estado houve por bem promover, nos dias 21, 22 e 23 do corrente o 10.º Encontro de Integração Municipal, realizando-o na Lapa cidade-pólo da região sudeste do Paraná. De há muito se fazia sentir a necessidade da presença física dos integrantes da Administração paranaense naquela cidade, para que a realidade sócio-econômica e cultural de toda a região pudesse ser constatada em toda sua extensão, e bem assim, identificados fossem os problemas estruturais mais agudos que estão a impedir que Municípios outrora florescentes e progressistas se vissem reduzidos à estagnação e, em alguns casos, ao retrocesso econômico.

O Encontro começou com a inauguração, pelo Governador Emílio Gomes, da agência do Instituto de Previdência do Estado — IPE —, na cidade da Lapa, realização que podemos reputar como do mais elevado sentido social e pela qual em nome da cidade e de toda a região que tenho a honra de representar nesta Assembleia Legislativa externo aqui desta Tribuna, ao Chefe do Executivo Estadual, os agradecimentos de todas aquelas populações.

Serviu, também, o Encontro de Integração, para que fosse instalada oficialmente a Associação dos Municípios do Sudeste do Paraná, órgão que deveria ter sido, naquele conclave, o porta-voz das soluções globais para os problemas dos Municípios que o integram. Infelizmente, a ocasião do diálogo foi inaproveitada e o que se viu foram pequenos pedidos para atendimento de casos locais de alguns Prefeitos que, sem planejamento administrativo e buscando tirar apenas vantagens políticas da presença governamental reduziram, o que seria o Encontro de Integração Municipal de toda a região sudeste do Estado a audiências comuns com os Secretários de Estado cuja intercessão era

pedida para solução de corriqueiros problemas locais, sem maior expressão no contexto sócio-econômico regional.

Não obstante, tivemos a satisfação de verificar que o Governador Emílio Gomes havia determinado a inclusão na pauta dos trabalhos do Encontro de Integração, o atendimento de duas antigas reivindicações que fizemos desta Tribuna, quais sejam, o asfaltamento da estrada de acesso ao Parque Estadual do Monge na cidade da Lapa, e a construção da estrada Porto Amazonas-Lapa-Campo Tenente, com implantação asfáltica. Foram, ainda, determinados estudos para a construção de uma ponte sobre o rio da Várzea, na estrada que liga os Municípios de Antonio Olinto e Rio Negro, conforme solicitação também de nossa autoria feita desta Tribuna; a ligação asfáltica de Campo Tenente à BR-116 conforme Requerimento de nossa autoria, teve seus estudos de viabilidade iniciados por determinação do Governador Emílio Gomes. Mas, Senhor Presidente e nobres Deputados, embora tenha eu justos motivos para ficar satisfeito com o atendimento pelo Governo do Estado de justas reivindicações daqueles Municípios e dos quais sou o porta-voz nesta Assembleia Legislativa, ainda assim eu devo registrar que aquelas providências não elidiram as causas básicas, estruturais, determinantes do retrocesso econômico da região globalmente considerada.

Com efeito, as soluções reivindicadas para os problemas de cada um dos Municípios da região sudeste não deverão ser puramente locais mas abrangentes para que possam ser deferidas. Se, dessas reivindicações resultar prejuízo para um só Município que não seja integrante da região sudeste do Estado, elas perderão a validade e não darão voz de direito para serem defendidas. Sabem, os que me honram com sua atenção que a Lapa, que Agudos do Sul, que Antonio Olinto, que Tijucas do Sul, que São Mateus do Sul que Rio Negro, que Piên, que Quitandinha e que Campo do Tenente têm créditos na luta pelo progresso do Estado, e sabem também, que com eles o Paraná poderá continuar contando. Os Municípios da região sudeste não têm só para si o privilégio de amar o Paraná como um todo, e de nele integrar-se entranhadamente. O sentimento paranista é um traço do Estado inteiro.

Mas a geografia regional de que a Lapa é centro coloca-a em situação desvantajosa longe dos pontos de contacto com os elementos de riqueza da Capital do Estado e da monumental refinaria que a Petrobrás está implantando no Município de Araucária por um lado, e, pelo outro, distante também do outro pólo de desenvolvimento, representado pela Usina do Xisto em São Mateus do Sul, o que tem determinado um relativo isolamento e tornado mais agudos os problemas de infra-estrutura econômica dos Municípios situados entre as duas extremidades. Humanamente e politicamente este centro dá às largas perspectivas que habitam a ver as paisagens num círculo abrangente e alcançam os horizontes mais distantes. Não há a limitação de um trecho, de um corte, na visão global. E assim globalmente, é que devem ser encaradas as soluções para os problemas da região sudeste do Estado.

Assim, para ater-me a fatos concretos, descartados quaisquer outros critérios não elevados, podemos inferir que foram motivações sócio-econômicas que determinaram e têm determinado a aplicação compacta de recursos e tecnologia, pelo Governo Federal nos Municípios de Araucária e São Mateus do Sul, e excluída, dessa programação, a Lapa, que ficou reduzida à simples condição de fornecedora de mão-de-obra o que tem determinado o êxodo rural e o esvaziamento urbano do Município.

Isto posto, a inclusão da Lapa no complexo petroquímico em implantação pela Petrobrás, traduzir-se-á em medida decisiva para impulsionar o desenvolvimento regional do sudeste do Estado porquanto, centro geográfico de toda a região, ela passaria também a ser disseminador de tecnologia e pólo econômico, com os naturais e benéficos resultados para retomada do processo de desenvolvimento.

Entendo portanto, ser oportuna a reivindicação que estamos encaminhando ao Governador Emílio Gomes, esperando que ela a transmita, com a ênfase de sua capacidade e com a ressonância de seu cargo, ao Governo Federal que deverá recebê-la como justa aspiração de toda a comunidade paranaense.

Os nobres Deputados certamente também assim o entenderão e darão ao presente seu honroso e indispensável apoio.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 1973.

(a) João C. Fadel — Deputado.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao sr. Deputado Iris Caldart que falará no Grande Expediente, em nome da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, na comemoração do Centenário de nascimento de Plácido de Castro.

O SR. IRIS CALDART — Exmo. Sr. Presidente do Legislativo Paranaense. Srs. Deputados, demais Componentes da Mesa, Exmos. Srs. Deputados. (1ê):

“Na excelência deste Poder Legislativo por solicitação e sugestão da Comissão Nacional, criada pelo Exmo. Sr. Presidente da República, que tem a incumbência de programar e coordenar as comemorações do Centenário de Plácido de Castro aqui relembremos a vida e obra deste bravo compatriota, a quem a História Pátria lhe reserva um dos mais eloquentes capítulos de consagração.

E nós aprendemos que no culto do nosso civismo, mesmo para a afirmação da herança que desejamos transmitir a nossos filhos e às gerações vindouras uma Pátria mais bela e mais engrandecida, é imperioso que evoque as tradições de nossa gente, reverenciando nossos antepassados, imitando os nossos heróis.

Quem não aceita como verdade que os maiores monumentos de um povo não são aqueles esculpidos no mármore, no granito, na pedra mesmo no bronze? Estes o tempo destrói, quedando no esquecimento.

Os mais duradouros monumentos de um povo são aqueles que resultam fundidos das idéias e dos ideais desse mesmo povo.

Idéias, geradas do mais nobre dos sentimentos — O HUMANO — tendo-se como filosofia da Vida a de que o homem não é uma razão pura, mas feito à semelhança e por obra de Deus dotado do uso da razão. Vive em sociedade e somente nela cumpre com a sua destinação. Na sociedade o homem constrói e impulsiona os seus ideais. O ideal de viver em liberdade, de servir, sendo útil, de compreender e respeitar e amar o semelhante. E nesta convivência social sentimos que um bem maior se projeta e agiganta — a Nacionalidade. E nela juntamos e emprestamos todas estas virtudes, principalmente a de soberania, transformando-as no comum: O CIVISMO.

Eis porque, Senhores, aqui estamos. Para um canto, ou mais, para um hino de louvor ao pré-homem que a história registra como herói: PLÁCIDO DE CASTRO.

Há que citá-lo com todos aqueles que o dão como exemplo de lealdade e bravura.

Seus ancestrais já haviam escrito, marcantemente, nos Séculos XVII e XVIII, valentes e arrojadas páginas de civismo na conquista para dilatar os

horizontes da Pátria. Quem não sabe com respeito aos famosos DOMINGUES? Capitães Mores e Capitães de Bandeiras. Com eles nas conquistas famosas foi recuado o meridiano de Tordezilhas, em audazes incursões nos sertões ignotos de Goiás e Mato Grosso, Guairá, aqui no Paraná e Rio Grande.

A incorporação de Missões, em 1.801, ao território nacional, teve a presença marcante de Joaquim José Domingues, bisavô de Plácido.

Seu avô, José Plácido de Castro, paulista de tempera forte, dignidade registrada com ênfase, salientou-se nas Campanhas Cisplatinas, indo, em consequência, a radicar-se no Rio Grande do Sul.

Desta velha e ilustre cepa luso-espanhola, de bandeirante, carregados ao sul para novas batalhas e conquistas para a Pátria, eis que desce o nosso homenageado Plácido de Castro. Nasceu na cidade de São Gabriel, Rio Grande do Sul, a 12 de dezembro de 1.873. Seu pai, mais um vulto da história, o Capitão Prudente da Fonseca Castro, veterano das Campanhas de Uruguai e Paraguai.

Criado nas coxilhas do Sul, com forte herança biológica desde criança revela raras qualidades de caráter, inteligência e força de vontade, além de acentuada vocação militar, que o levou, ainda muito jovem, assentar praça de Cadete, em dezembro de 1.899, no I Regimento de Artilharia de Campanha, na cidade natal. Após concluiu o curso preparatório na Escola Militar de Rio Pardo, com notas plenas, distinguindo-se em Matemática, Geografia e História.

Em 1.893 passou para a Escola Militar de Porto Alegre, em cujo ano foi esta fechada em razão da Revolução Federalista.

O então Cadete Plácido de Castro, por convicção política, incorporou-se às tropas revolucionárias do General Jóca Tavares. Participou de sangrentos combates, como o de Rio Negro, e, no cerco de Bagé, demonstrando coragem incomum, à noite plantou uma bandeira junto à trincheira das forças inimigas.

A coragem, a valentia, a bravura, a par de uma inteligência rara, valeram-lhe, aos 21 anos, o posto de Major.

Assinada a paz em 1.895 e não aceitando a anistia ampla, deixou de voltar à Escola Militar, transferindo-se para o Rio de Janeiro, onde exerceu as funções de Inspetor de Alunos do Colégio Militar, com objetivo de preparar-se para ingressar na Escola Politécnica que afinal não veio a cursar, pois outro era o destino a ele reservado e, cedendo a um predestinação, trasladou-se para a Amazônia, interando-se nos rios Purus e Acre. Em julho de 1.902 já se achava no Alto-Acre, demarcando o Seringal "Vitoria", em pleno território sob a jurisdição da Bolívia.

Os bolivianos pretendiam exercer soberania sobre a Região que era desbravada e povoada por brasileiros e já haviam fracassado três movimentos que pretendiam tornar o Acre Independente, pois não se conformavam com o domínio da Bolívia.

Os bolivianos pretenderam então arrendar a região a um sindicato estrangeiro, culminando, com tal atitude, o chamamento às urnas, antes que fosse o ato consumado.

Plácido de Castro estava bem presente no teatro desses acontecimentos e era a pessoa talhada para a situação, pois dotado de espírito lúcido e prescrutador, conhecia em detalhes todos os aspectos da questão — internacionais, econômicos e militares.

Notável formação militar, honorabilidade e rígida tempera de soldado. Era o chefe nato, talhado, capaz de inspirar confiança, reunindo todos os predicados para o grande esforço da libertação do Acre.

Deu-se início à Revolução — 5 de agosto de 1.902 — com o ataque a Xapuri, a prisão das autoridades bolivianas e a proclamação, no dia seguinte, do Estado Independente do Acre.

Dai para a frente, sem mais dar trégua ao inimigo, de vitória em vitória usando de toda a sua versátil capacidade militar, nas marchas e surpresas, nas guerrilhas nas selvas e na guerra de sítio, expulsou os bolivianos do Acre. Os mais violentos e históricos combates foram travados em Telheiro, Bom Destino e Santa Rosa e os assédios e capitulações de Volta da Empresa e Porto Acre, deram ao incansável campeão o domínio completo do território.

O Chefe da Revolução Acreana proclamou a beligerância do "Estado Independente do Acre", que o Governo Brasileiro reconheceu e pela ação do Barão do Rio Branco, foi negociado com a Bolívia o Tratado de Petrópolis, que incorporou definitivamente o Acre ao nosso território.

Mas, esse vulto não só foi aclamado e consagrado pelos brasileiros, como um autêntico herói nacional, senão também encontrou no depoimento dos adversários da véspera, a consagração de um julgamento que o honra, pelo seu espírito magnânimo e cavalheiresco para com eles.

Com a ação militar do "Libertador do Acre", a obra diplomática do insigne Barão do Rio Branco, incorporou-se ao território nacional cerca de 150 mil km quadrados de terras totalmente desbravadas e habitadas por brasileiros, constituindo o atual Estado do Acre.

E, assim, Senhores, se escreve a história deste País, altaneiro, gigante, livre, soberano, nos legados com marcantes páginas de ativez; quer na descoberta; quer na sua Independência, quer na sua afirmação e consolidação territorial. Epopéias nos campos de batalha; sabedoria, inteligência, sagacidade nas batalhas civisistas do campo diplomático.

E até a alma livre e cristã do Brasileiro sofreu e pagou tributo muito caro para expulsar da Pátria filosofias carismáticas, que tentaram sufocar esta vocação, que é parte viva e integrante da nossa própria condição de existência. E por coincidência não estamos hoje reverenciando a memória daqueles bravos brasileiros que tiveram as suas vidas imoladas quando necessário foi repelir o movimento comunista, em 27 de novembro de 1935?

A vocação democrática do povo brasileiro é um fato histórico, irreversível e todos estes episódios que a história registra são símbolos evocativos desta opção que é a força moral maior para sempre e a tudo vencemos.

Cabe a nós, brasileiros de hoje, seja qual for o setor da nossa atividade, honrando o passado de tantas glórias, conscientes da nossa predestinação histórica e do tanto que representamos diante de um Mundo faminto e desajustado, de entrosques e destruição, o dever sagrado de mantermos e defendermos, a qualquer preço, esta soberania, esta independência, este Brasil grande e altaneiro que o sacrifício dos nossos antepassados legou.

Desenvolvimento e Segurança com Liberdade. Liberdade com responsabilidade. Liberdade e responsabilidade como pedestal sagrado de defesa dos direitos do homem.

E, assim, o homem brasileiro pode e deve estar sempre diante do Altar da Pátria e no Turbulo do seu civismo, queimar o incenso do amor à Gleba. Assim foi e assim fez PLÁCIDO DE CASTRO.

O Sr. Maurício Fruct — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Nobre Deputado, gostaria, de, neste aparte, registrar, em nome do Movimento Democrático Brasileiro, nesta Casa, as nossas efusivas congratulações pela forma brilhante e correta com que V. Exa. desenvolveu o tema desta Sessão Solene em que a Assembléia Legislativa presta, durante o seu Grande Expe-

diente, uma homenagem ao grande brasileiro Plácido de Castro. V. Exa. sintetizou perfeitamente o pensamento de liberdade e democracia e trouxe esclarecimentos que para nós serão do mais alto interesse. Portanto, ficam aqui consignados nossos cumprimentos efusivos pela brilhante manifestação de V. Exa. dessa Tribuna.

O SR. IRIS CALDART — Esse registro veio enriquecer o modesto e pávido trabalho que nos propusemos a apresentar nesta data, em nome da Assembléia Legislativa.

O Sr. Antônio Lopes Júnior — Ilustre Deputado Iris Caldart, quero apresentar a V. Exa. meus parabéns pela magnífica oratória que traduz bem a realidade daquela época e dos tempos presentes, e quero com essa mensagem que dirijo a V. Exa. que a solidariedade não seja apenas minha, mas também da Bancada da ARENA, que reconhece que V. Exa. retratou com dignidade esse assunto tão importante, que é reverenciar a memória de Plácido de Castro. Principalmente, V. Exa. frisou muito bem neste dia em que por uma coincidência nós reverenciamos também os mortos de 35, que tombaram no cumprimento do dever, fiéis à tradição do Exército, que é o Exército do povo, e que souberam morrer com dignidade em defesa dos verdadeiros ideais cristãos e brasileiros de nossa Pátria.

O SR. IRIS CALDART — Agora, então, com esse aparte de V. Exa., este meu modesto e pávido trabalho vem de ser consagrado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 38 Srs. Deputados.

Antes, porém, esta Presidência congratula-se e agradece ao nobre Deputado Iris Caldart, pelo magnífico trabalho que apresentou perante este Plenário, fixando, perante a história, as homenagens desta Casa ao grande brasileiro Plácido de Castro, por ocasião do centenário de nascimento desse homem que se consagrou perante o povo pela dilatação das fronteiras da Pátria.

Sobre a mesa, Emenda de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, apresentada ao Projeto de Lei n.º 248-73. — Necessita de apoio. — Apreciada.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 55-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 195-73, que aprova Termo Aditivo de Renovação de Convênio, celebrado entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e a Clínica de Nervos de Londrina, objetivando internamento de doentes mentais. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.S.P. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 59-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 201-73, que aprova Termo Aditivo de Convênio, celebrado entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e o Sanatório Shangri-lá S/A., da cidade de Londrina, objetivando internamento e Assistência a Doentes Mentais. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.S.P., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 63-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 196-73, que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Instituto Brasileiro do Café, pelo seu Grupo Executivo de Racionalização da Agricultura (GERCA), objetivando a implantação do Instituto Agrônomo do Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 66-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 200-73, que aprova Termo Aditivo de Renovação de Convênio, celebrado entre a Secretaria dos Negócios da Saúde Pública e o Hospital Psiquiátrico Franco da Rocha S/A., da cidade de Ponta Grossa, objetivando o atendimento de doentes sem recursos, encaminhados pelo Departamento de Saúde Mental. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.S.P., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 217-73, de autoria do Dep. Xenofonte Villanueva, que denomina Ginásio Estadual Dr. Lauro Portugal Tavares, o atual Ginásio Estadual de São Martinho, situado no Município de Rolândia. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.S.P. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 221-73, de autoria do Dep. Xenofonte Villanueva, que institui gratificação especial de 40% sobre os respectivos vencimentos, aos servidores que operam com Raio "X" e substâncias radioativas. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.S.P., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 248-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 89-73, encaminhando anteprojeto de Lei que visa regulamentar a Norma Constitucional constante do artigo n.º 148 da Constituição Estadual. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado o Projeto. — Aprovada a Emenda.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 150-73, de autoria do Dep. Gilberto Carvalho, que dispõe sobre descontos salvo os previstos em Lei, nos vencimentos, remuneração ou proventos dos integrantes do Magistério Público e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo, por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 63-73, de autoria do Dep. Odilon Reinhardt, que outorga Título de Cidadã Benemerita do Paraná à Professora Eny Caldeira. Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 63-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º) — Fica outorgado o título de Cidadã Benemerita do Paraná à Professora ENY CALDEIRA.

Art. 2.º) — Revogam-se as disposições em contrário. Sala das Sessões, em 25 de abril de 1973.

(a) — Odilon Reinhardt

JUSTIFICATIVA

A professora ENY CALDEIRA, hoje integrante do quadro de professores da Universidade Federal do Paraná, junto à Faculdade de Filosofia, representa sem sombra de dúvidas, exemplo vivo de dedicação e empenho, à dignificante edificante e árdua missão da Educação e Cultura em nosso Estado.

Nascida em 23 de outubro de 1916, na cidade de Prudentópolis, Estado do Paraná, desde sua juventude, quando concluiu o curso de professora do ensino primário na Escola Normal Secundária de Curitiba, atual Instituto de Educação, no ano de 1935, passou a colocar no exercício de sua profissão, na espinhosa missão de ensinar, no sacerdócio que constitui a carreira de professor, todo empenho e entusiasmo que a levava através de indissolúvel vocação, formar-se professora normalista.

Tão logo formou-se, passou a exercer com rara eficiência a arte do ensino, tendo atuado como professora do ensino primário desde sua formatura em 1935, em sua cidade natal e em Curitiba, até o ano de 1944, quando graduou-se em Pedagogia, pela Universidade Federal do Paraná.

É portanto, bem fácil constatar-se o carinho, o amor e a atenção que dona Eny dedicava às coisas do saber, impondo a si mesma como condição "sine qua", a responsabilidade e a necessidade de uma melhor especialização, para que, pudesse apresentar e reunir qualidades que melhor lhe permitissem ensinar, obtendo sempre e com êxito, melhores índices de aproveitamento por parte de seus alunos.

Tendo já concluído o curso de Pedagogia, reiniciava suas atividades de mestre, levando seus conhecimentos a um nível mais avançado, através de sua irreversível capacidade didática e demonstrando profundo conhecimento do assunto, passou a lecionar a cadeira de Psicologia para o curso normal do Instituto de Educação do Paraná.

Contudo, nossa homenageada, não dormiu jamais sobre os louros de sua cultura, e, sempre na busca de novos aperfeiçoamentos e conhecimentos, participou de maneira brilhante e efetiva, de inúmeros congres e cursos de aperfeiçoamento no Brasil e no estrangeiro.

Dentre os cursos realizados além de nossas divisas, podemos citar os seguintes, enquanto os demais poderão ser constatados através do Curriculum Vitae, anexo.

1) — Curso de Studi Pedagógico — Università Italiana per Stranieri di Perugia — 1950, 2) — Curso Médio de Língua, Litteratura e Storia d'Italia — Univ. Ital. per Stranieri di Perugia — 1.950, 3) — Certificate of Good Attendance — Paris — Unesco 1.951, 4) — Certificado de L'Ecole Pratique de Hautes Etudes — Laboratoire de Psycho-biologie de l'Enfant — Paris/1.952.

No Brasil, participou com o mesmo empenho e interesse dos cursos que se seguem: a) — Certificado do Curso de Orientadores Educacionais — São Paulo, 1.947, b) — Certificado do Curso de Orientação Educacional promovido pela Sociedade de Psicologia de São Paulo/1.947 São Paulo, c) — Certificado do Curso de "Noções Gerais de Psicanálise" — Sociedade de Psicologia de São Paulo/1.948, d) — Certificado de apresentação de trabalho no I Seminário de Geografia e História, Curitiba/1.953, e muitos outros.

São de sua autoria ainda, inúmeros artigos publicados em várias revistas e jornais, sempre relacionados com a educação e sua problemática.

Dona Eny Caldeira, é ainda conhecedora de vários idiomas estrangeiros, os quais domina com rara facilidade, falando, escrevendo ou lendo.

É evidente, que com o imenso cabedal de conhecimento de dona Eny Caldeira, seu nome é sempre lembrado para compor e participar de inúmeras comissões, associações e departamentos de ensino, onde a mesma, por seus profundos conhecimentos, tem presença destacada e efetiva.

Objetivando melhor ilustrar esta participação, podemos citar os seguintes cargos ocupados brilhantemente por dona Eny Caldeira nas seguintes associações profissionais, membro da Associação Brasileira de Educação, membro da sociedade de Psicologia de São Paulo, membro da Academia de Letras José de Alencar, dentre outros, tendo inclusive emprestado seus conhecimentos junto à Comissão de Educação, como assessora, quando esteve à disposição desta Assembleia Legislativa, em 1.961.

Em toda sua vida dedicada a educação, recebeu inúmeras atribuições e tarefas universitárias, dentre as quais poderíamos citar: Instrutora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná, recebeu em 1.960 a incumbência, do educador francês Freinet, de divulgar seu método didático no Brasil, designada pelo Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná, participou da comissão responsável pela elaboração da Carta Educacional do Paraná, por solicitação da Assembleia Legislativa do Estado, participou da 1.ª Promoção da Universidade Volante em Ponta Grossa/1.961, e de muitos outros encargos como será fácil constatar-se em seu curriculum vitae.

Não é difícil concluir-se nem muito menos depreender-se, que uma pessoa que participe de forma eficaz e capaz, salientando-se em determinado campo de ação, não venha a ser alvo de inúmeras homenagens, dona Eny não foge a regra, tendo seus méritos reconhecidos, recebeu os seguintes prêmios entre bônus e condecorações, congressos e cursos: 1948/ Viagem de estudos à Bacia Amazônica, promovida pela Faculdade de Higiene de São Paulo, prêmio em dinheiro por artigo escrito em língua italiana e publicado em Il Giornale d'Italia", intitulado Imobilità Apparenti, bolsa de estudos na Universidade de Perugia/Itália, bolsa de estudos para realização de cursos de aperfeiçoamento na Europa, concedida no ano de 1.951, pelo Governo do Estado do Paraná 1.954. condecoração do Ministério de Instrução Pública da França / Palmas Acadêmicas etc.

Teve ainda, participação efetiva em inúmeros Congressos Educacionais, tendo inclusive apresentado e conseguido a aprovação de inúmeras proposições, conforme relação constante de seu curriculum vitae.

Cremos que o gabarito cultural da Professora Eny Caldeira, por si só, justificaria de maneira plena, a homenagem que pretendemos seja prestada àquela eminente professora, por parte do Poder Executivo do Estado através desta Casa Legislativa.

No entanto, como tivemos oportunidade de conviver com Dona Eny, nos permitimos ainda que desnecessariamente, acrescentar e ressaltar outros aspectos de sua brilhante eloquente personalidade.

A professora Eny Caldeira, em momento algum, procurou ocupar diante de quem quer que seja, desde o trato com seus alunos até com funcionários sobre suas ordens, posição de superioridade, permanecendo mesmo quando teve enaltecida suas qualidades profissionais e culturais, em posição de apreciável e invejável humildade, desvinculada de qualquer orgulho, talvez por reconhecer que para se atingir o estágio por ela atingido, necessita-se antes e acima de tudo, de desprever-se dos egoísmos e egocentrismos tão peculiares e afetos a tanta gente que desfruta posições sem o merecido mérito.

Sempre achou aquela humilde professora da velha Prudentópolis, que sua missão era simples mas digna, e talvez, impelida por estas razões, tenha trilhado passo a passo, estágio por estágio, esforço por esforço o seu caminho

cultural, semeando sempre e cada vez mais para seus alunos seus conhecimentos e ensinamentos, procurando mostrar a todos a importância e a responsabilidade de que se reveste o ensinamento consciente e honesto, o que somente se consegue, quando o professor não se investe da autoridade e da posição de que, por transmitir seus conhecimentos é superior a seus alunos, exigindo muitas vezes que os mesmos os idolatrem, como pretendem alguns professores de nossos dias, que procuram através de seus poucos conhecimentos culturais, impor-se por meio de ameaças de reprovção em massa e não através de um gabarito e de uma bagagem cultural.

Inúmeras tem sido as personalidades, que tem merecido por parte desta Casa e do Poder Executivo o galardão de cidadão benemérito do Paraná, dentre ilustres homens públicos, passando por escritores, militares e até atletas que se destacam, como foi o caso dos campeões mundiais de futebol no México.

Cremos que se aprovado o presente plano da Lei, estará esta Casa, prestando uma justa e merecida homenagem, a quem após tanto ter feito pela educação da juventude de nosso Estado, não possui ainda entre seus prêmios e homenagens, o título de Cidadã Benemérita do Paraná, que se outorgado, além de provar o reconhecimento do povo de nosso Estado, se constituirá sem dúvida em caráter de inteira justiça.

CURRICULUM VITAE

Nome: Eny Caldeira

Data e lugar de nascimento: 23 de outubro de 1916 — Prudentópolis —

Estado do Paraná

Nacionalidade: Brasileira

Estado civil: Solteira

Endereço: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Estado do Paraná — Caixa Postal 756 — Curitiba — Paraná.

1. Estudos — Formação profissional — Diplomas

- 1.1 — Diploma de normalista — Escola Normal Secundária de Curitiba, atual Instituto de Educação — 1935
- 1.2 — Diploma de Licenciado em Pedagogia — Universidade do Paraná — 1944.

2. Aperfeiçoamento em países estrangeiros — Certificados

- 2.1 — Curso de Studi Pedagógico — Università Italiana per Stranieri di Perugia — 1950.
- 2.2 — Curso Médio de Língua, Litteratura e Storia d'Italia — Università Italiana per Stranieri di Perugia — 1950.
- 2.3 — XXIX Corso Internazionale Montessori — Università Italiana per Stranieri di Perugia — 1950.
- 2.4 — XXIX Corso Internazionale Montessori di introduzione all'insegnamento musicale — 1950.
- 2.5 — Certificado de estágio de estudos no Instituto de Psicologia da Universidade de Roma — 1950 (férias).
- 2.6 — Certificate of Good Attendance — Paris — Unesco — 1951.
- 2.7 — Certificado de L'Ecole Pratique de Hautes Etudes — Laboratoire de Psycho-biologie de l'Enfant — Paris — 1952.

3. Aperfeiçoamento no Brasil — Certificados

- 3.1 — Certificado do Curso de Férias para Orientadores Educacionais — São Paulo — 1947.
- 3.2 — Certificado do Curso de Orientação Educacional promovido pela Sociedade de Psicologia de São Paulo — 1947.
- 3.3 — Certificado do Curso de Higiene Mental na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo — 1948.
- 3.4 — Certificado do curso de "Noções Gerais de Psicanálise" — Sociedade de Psicologia de São Paulo — 1948.
- 3.5 — Certificado do curso de Educadores Sanitários da Faculdade de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo — 1949.
- 3.6 — Certificado do curso de Fundamentos Históricos do Paraná — Universidade do Paraná — 1952.
- 3.7 — Certificado do curso de Psicologia da Personalidade — Universidade do Paraná — 1952.
- 3.8 — Certificado de apresentação de trabalho no I Seminário de Geografia e História — Curitiba — Paraná — 1953.
- 3.9 — Certificado do curso de Extensão Universitária de Métodos e Técnicas de Pesquisa em Ciências Sociais — Universidade do Paraná — 1954.
- 3.10 — Certificado de trabalho de Mme. H. Brulé. Expert da Unesco, no C.B.P.E. — Guanabara — 1958 — 1959 — 1960.
- 3.11 — Certificado do curso de História das Artes Plásticas — Escolinha de Arte e Centro de Estudos de Arte e Folclore da Faculdade Nacional de Filosofia — Rio de Janeiro.
- 3.12 — Certificado de Curso de Fundamentos e Técnicas de Recreação — Departamento Nacional de Educação.
- 3.13 — Certificado do curso de extensão universitária de Didática Geral — Universidade do Paraná — 1961.
- 3.14 — Certificado de conferência pronunciada no Curso de Extensão Cultural promovido pelo Colégio Estadual do Paraná — 1961.
- 3.15 — Certificado de participação na Universidade Volante — Ponta Grossa — 1961.
- 3.16 — Certificado do I Seminário sobre Meios de Comunicação no Ensino Superior — Universidade do Paraná — 1962.
- 3.17 — Certificado de atividades didáticas na Divisão de Ensino Primário da Secretaria de Educação e Cultura — Curitiba — 1964.

4. Outros Documentos

- 4.1 — Il Giornale D'Italia — Certificado de participação em concurso e prêmio pela publicação do artigo "Imobilità Apparenti" — 1950.
- 4.2 — Título de ocupante de cargo de Instrutor de nível superior — Universidade do Paraná.
- 4.3 — Portaria de designação no M.E.C. para exercer a função de membro da Comissão Auxiliar do Conselho de Administração do F.N.E.M.
- 4.4 — Certidão do Departamento de Arquivo Público — SIJ — Estado do Paraná.
- 4.5 — Carta da A.B.E. comunicando eleição para sócia efetiva — Rio de Janeiro — 1957.
- 4.6 — Declaração de cargo de Professor de Ensino Médio, do Estado do Paraná, exercido no Instituto de Educação do Paraná.
- 4.7 — Ofício da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.
- 4.8 — Carta da Sociedade de Psicologia.

- 4.9 — Portaria de designação para organizar o Centro de Orientação Infantil do Estado do Paraná.
 - 4.10 — Comunicado da A.B.E. da eleição como membro do Conselho Diretor da Associação — 1958 — 1959.
 - 4.11 — Certificação da Embaixada do Brasil em Paris.
 - 4.12 — Carta do Diretor de Administração do Ministério de Instrução Pública da Bélgica, de apresentação à Escola Decroly — L'Ecole Amelie Hamaide.
 - 4.13 — Designação para integrar a comissão de estudos do livro "O Estado do Paraná", da professora Luiza Pereira Dorfmund.
 - 4.14 — Ofício do Diretor Executivo do C.B.P.E. ao Reitor da Universidade do Paraná.
 - 4.15 — Ofício do Diretor Executivo do C.B.P.E. ao Secretário de Educação e Cultura do Estado do Paraná.
 - 4.16 — Declaração da Academia de Letras José de Alencar.
 - 4.17 — Ofício do Professor Homero Batista de Barros — Portaria n.º 806 de 29-2-56.
 - 4.18 — Certificado do Adjunto Permanente do Brasil junto à Unesco.
 - 4.19 — Carta da Organização dos Estados Americanos solicitando colaboração.
 - 4.20 — Carta da OEA agradecendo colaboração.
 - 4.21 — Diploma de concessão das Palmas Acadêmicas do Ministério de Educação Nacional da França.
 - 4.22 — Ofício da Associação Brasileira de Educação comunicando a reeleição para o Conselho Diretor durante o biênio 61-62.
 - 4.23 — Carta de apresentação do Ministère de Instruction Publique de Bruxelas, dirigida a École Professionnelle el Ménagère de Schaeerbeek.
 - 4.24 — Carta de apresentação do Ministère de Instruction Publique dirigida ao Institut Henri Gaspar, em Crainhem.
 - 4.25 — Carta de apresentação do Ministère de Instruction Publique dirigida a École Moyenne de L'Etat pour Jeunes Filles, em Schaeerbeek.
 - 4.26 — Carta de apresentação do Ministère de Instruction Publique dirigida a École Centrale du Service Social, em Bruxelas.
 - 4.27 — Carta de apresentação do Ministère de Instruction Publique dirigida ao Ministère de la Justice — Bruxelas.
 - 4.28 — Ofício do Consulado Geral da Itália comunicando concessão de bolsa de estudos para o ano acadêmico 54-55.
 - 4.29 — Ofício comunicando eleição de sócia efetiva da Academia de Letras José de Alencar.
 - 4.30 — Solicitação da A.B.E. para integrar Comissão encarregada de formular sugestões relativas ao Ensino Normal.
 - 4.31 — Diploma de Honra ao Mérito conferido pelo Centro Acadêmico Jackson de Figueiredo.
 - 4.32 — Carta do Diretor do Colégio Estadual do Paraná referente a palestra "Tarefas Evolutivas da Criança".
 - 4.33 — Portaria 83-64 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da U.P., para responder pela direção do Departamento de Pedagogia.
 - 4.34 — Portaria 7-65 — Comissão para elaborar anteprojeto de convênio firmado entre a Faculdade de Filosofia e o Centro Regional de Pesquisas Educacionais "Queiroz Filho" — São Paulo.
 - 4.35 — Certidão referente à participação em Banca Examinadora de Concurso à Docência Livre da Cadeira de Didática Geral e Especial — 1953.
 - 4.36 — Documento da Unesco solicitando colaboração em trabalho sobre Prática Docente na Oficina Regional de Educação.
5. **Publicações**
- 5.1 — Vinte e um documentos sobre Oportunidades de Formação do Magistério primário, em cada Unidade da Federação, publicados pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais — INEP — MEC — 1960.
 - 5.2 — Artigos sobre educação publicados nas seguintes revistas: Revista do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos — n.º 64. Education — Organização dos Estados Americanos — Washington — U.S.A. n.º 13.
 - 5.3 — Referências bibliográficas feitas em:
Revista Bibliográfica da Educação Brasileira — CRPE — INEP — MEC.
Revue Analytique de L'Education — L'Education au Brésil — Unesco — n.º 9.
Revista do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.
Revista "Educação e Ciências Sociais" do CBPE — INEP — MEC, na página 112.
Boletim informativo do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais — MEC — N.º 7 (pág. 18); n.º 12 (pág. 21); n.º 14 (pág. 20); n.º 27 (pág. 13); n.º 44 (pág. 11).
6. **Línguas estrangeiras**
- 6.1 — Francês — Fala, escreve e lê.
 - 6.2 — Italiano — Fala, escreve e lê.
 - 6.3 — Inglês — Fala, escreve e lê.
 - 6.4 — Espanhol — Lê.
7. **Associações profissionais e atividades.**
- 7.1 — Membro da Associação Brasileira de Educação — ABE — GB.
 - 7.2 — Membro da Sociedade de Psicologia de São Paulo.
 - 7.3 — Membro da Associação de Ex-alunos da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade do Paraná.
 - 7.4 — Membro da Academia de Letras José de Alencar.
 - 7.5 — Organizadora do primeiro Curso de Extensão Universitária sobre Orientação Educacional no Paraná — 1948.
 - 7.6 — Conferências — ABE — sobre Ovídio Decroly e Ensino Normal no Brasil — 1958-1960.
 - 7.7 — Fundadora e Presidente da Associação de Ex-alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UP.
 - 7.8 — Encarregada pela ABE para fazer parte na Comissão de Estudos de Ensino Normal no Estado da Guanabara.
8. **Antecedentes profissionais.**
- 8.1 — Fevereiro de 1936 — Nomeada professora primária para a cidade de Prudentópolis — Paraná.
 - 8.2 — Agosto de 1936 — Removida para a escola primária de mestre

- único da Vila Mimosa — Curitiba — Paraná.
 - 8.3 — De 1936 a 1944 — Professora da escola primária de Vila Mimosa — Curitiba — Paraná.
 - 8.4 — Agosto de 1944 — Removida como auxiliar de ensino para o Instituto de Educação (Escola de Formação de Professores).
 - 8.5 — De 1944 a 1952 — Professora no Instituto de Educação.
 - 8.6 — Designada pelo Governador do Estado, representou o Paraná no Congresso de Educação em Belo Horizonte — 1946.
 - 8.7 — De 1946 a 1947 — Inspectora das Escolas Normais Particulares do Paraná (função acumulada).
 - 8.8 — 1948 — Participou da Comissão encarregada da elaboração dos programas do ensino primário do Estado do Paraná.
 - 8.9 — 1950 a 1955 — Organizou o Serviço de Orientação Infantil e o Laboratório de Psicologia no Instituto de Educação.
 - 8.10 — De 1952 a 1955 — Diretora do Instituto de Educação do Paraná.
 - 8.11 — 1952 — Organizou a Escola Experimental Maria Montessori, em Curitiba.
 - 8.12 — 1953 — Reorganizou o Jardim de Infância do Instituto de Educação em moldes montessorianos.
 - 8.13 — De 1955 a 1961 — Colocada à disposição do Ministério da Educação e Cultura, a convite, exerceu a função de pesquisadora no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais — INEP.
 - 8.14 — De setembro de 1956 a Janeiro de 1961 — Designada pelo Departamento Nacional de Educação para exercer o cargo de assessora do F.N.E.M.
 - 8.15 — 1956-1957-1958 — Coordenou a reforma da educação do Estado do Rio Grande do Norte e realizou pesquisas na área do Nordeste e Brasil Central.
 - 8.16 — Organizou a Escola Normal de Caicó, no Estado do Rio Grande do Norte.
 - 8.17 — De 1961 até a presente data — Colocada à disposição da Assembleia Legislativa do Estado — Assessora da Comissão de Educação.
 - 8.18 — Assessora Técnica do Secretário de Educação e Cultura — 1955.
 - 8.19 — 1965 — Nomeada membro do Conselho Estadual de Educação.
9. **Tarefas Universitárias — Antecedentes profissionais.**
- 9.1 — De 1947 a 1948 — Lecionou Psicologia Evolutiva na Escola de Serviço Social da Universidade Católica.
 - 9.2 — 1952 — Admitida como Instrutora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná.
 - 9.3 — De 1952 até a presente data — Instrutora de Didática Geral e Especial da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da U.P.
 - 9.4 — 1952 — Participou, na Faculdade de Filosofia, da banca examinadora de Livre-docência da cadeira de Didática Geral e Especial.
 - 9.5 — 1958 — 1959 — 1960 — Assistente, no Brasil, do trabalho de Helene Brule, Expert da Unesco no CBPE-MEC — Rio de Janeiro.
 - 9.6 — 1959 — Participou, designada pelo Ministro de Educação, em banca examinadora de professores do Instituto Benjamin Constant — Rio de Janeiro.
 - 9.7 — Escreveu, a convite da OEA, uma monografia sobre o Ensino Normal no Brasil.
 - 9.8 — 1960 — Recebeu, do educador francês Freinet, a incumbência de divulgar seu método no Brasil.
 - 9.9 — 1961-1962 — Fez parte da Comissão designada pelo Magnífico Reitor da Universidade do Paraná, para elaborar a Carta Educacional do Paraná, por solicitação da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.
 - 9.10 — Lecionou Psicologia Educacional e Fundamentos de Educação no Curso de Orientação Educacional da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica.
 - 9.11 — Participou da 1.ª Promoção da Universidade Volante em Ponta Grossa — 1961.
 - 9.12 — Orientou as pesquisas no Laboratório de Psicologia do Instituto de Educação sobre: a) estudo da inteligência dos adolescentes, publicado no livro Educação no Paraná, pelo CBPE; b) estudo de problemas de crianças na Escola de Aplicação do Instituto de Educação, publicado na Revista SEC; c) estudo comparativo do comportamento infantil em duas comunidades urbana e suburbana, apresentado em Congresso de Psicologia, em Curitiba, em 1954; d) estudo do nível sócio-econômico de uma comunidade, advindo servir de roteiro para a organização da Escola Experimental Maria Montessori; e) estudo da aptidão para o Magistério.
10. **Premios, bolsas, condecorações, congressos e cursos.**
- 10.1 — 1948 — Viagem de estudos na Bacia Amazônica, promovida pela F. de Higiene de São Paulo.
 - 10.2 — 1948-1949 — Uma bolsa de estudos para realizar o Curso de Educação Sanitária na Faculdade de Higiene de São Paulo, do Governo do Estado do Paraná.
 - 10.3 — 1950 — Premio em dinheiro por um artigo escrito em língua italiana, publicado em "II Giornale d'Italia" intitulado "Immobilità Apparenti" na Universidade para Estrangeiros de Perugia.
 - 10.4 — 1950 — Uma bolsa de estudos da Universidade Italiana de Perugia.
 - 10.5 — 1951 — Uma bolsa de estudos para realizar cursos de aperfeiçoamento na Europa concedida pelo Governo do Estado do Paraná.
 - 10.6 — 1964 — Condecoração do Ministério de Instrução Pública da França — Palmas Acadêmicas.
 - 10.7 — 1955 — Voto de louvor da Secretaria de Educação e Cultura por trabalho realizado como Diretora do Instituto de Educação.
11. **Participação em Congressos.**
- 11.1 — Trabalho sobre a formação do professor primário, apresentado no Congresso de Estabelecimentos Particulares de Ensino — Belo Horizonte — 1948 — Relator D. Helder Câmara — Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro.
 - 11.2 — Palestra na Faculdade de Higiene de São Paulo.
 - 11.3 — Trabalho sobre recreação dirigida da infância — Congresso de Pediatria — Salvador — Bahia — Relator: Leme Lopes, GB.
 - 11.4 — 1949 — Trabalho sobre educação sanitária publicado nos Anais do XVII Congresso Brasileiro de Higiene realizado em São Paulo, na Faculdade de Higiene de São Paulo.
 - 11.5 — 1951 — Trabalho sobre Orientação Infantil apresentado no Congresso Internacional de Gotemburgo — Suécia.
 - 11.6 — Conferência sobre "O Caráter e a Inteligência", realizada no Co-

- légio dos Jesuítas, em Paris.
- 11.7 — 1952 — Conferência sobre educação no Rotary Clube de Curitiba.
 - 11.8 — 1952 — Curso de Psicologia Educacional, de extensão universitária, realizado no Instituto Social do Paraná.
 - 11.9 — 1953 — Conferência sobre "A Contribuição da Psicologia na Solução dos Problemas Didáticos" realizada na Sociedade de Psicologia de São Paulo.
 - 11.10 — 1953 — Organizadora da Primeira Semana de Orientação Educacional do Paraná.
 - 11.11 — 1954 — Trabalho sobre Escola e Comunidade apresentado no XI Congresso de Higiene, em Curitiba.
 - 11.12 — 1954 — Conferência sobre "A Afetividade Infantil", realizada na Universidade do Paraná, a convite do Congresso de Proteção à Infância.
 - 11.13 — 1954 — Trabalho sobre "O Estudo da Comunidade" apresentado no I Seminário de Geografia e História, organizado pela Secretaria de Educação e Cultura do Paraná.
 - 11.14 — Trabalho sobre o Comportamento Social da Criança, resultado de pesquisa, apresentado no Congresso de Psicologia realizado em Curitiba — 1954.
 - 11.15 — 1955 — Curso de Verão de Psicologia Educacional realizado em Belo Horizonte a convite da Secretaria de Educação de Minas Gerais.
 - 11.16 — Conferência sobre educação realizada em Goiânia, a convite dos Cursos da CADES.
 - 11.17 — 1956 — Conferência sobre educação realizada em Alagôas a convite do Rotary Clube.
 - 11.18 — 1956 — Conferência sobre educação realizada em Vitória a convite da Secretaria de Educação e Cultura.
 - 11.19 — 1956 — Trabalho apresentado na Conferência da ABE, sobre a Formação do Professor Primário no Brasil — Salvador — Bahia.
 - 11.20 — 1955-1960 — Conferências realizadas no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais — Rio de Janeiro.
 - 11.21 — 1956-1960 — Conferências realizadas na Escolinha de Arte do Brasil — Rio de Janeiro.
 - 11.22 — 1957 — Participação no Seminário de Psicologia para as Escolas Normais, com a duração de três meses, no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais — Guarabara.
 - 11.23 — 1958 — Curso sobre educação realizado em Natal — Rio Grande do Norte, a convite da Secretaria de Educação.
 - 11.24 — 1959 — Palestra no Centro Social do Instituto Social da Guanabara.
 - 11.25 — 1959-1960 — Conferências realizadas na Sociedade Pestalozzi do Brasil.
 - 11.26 — 1960 — Conferência sobre o Ensino Normal realizada no Instituto Social da Pontifícia Universidade Católica — GB.
 - 11.27 — 1960 — Conferências sobre o Ensino Normal realizadas no Curso de Pedagogia da Faculdade Nacional de Filosofia, GB.
 - 11.28 — 1960 — Aulas no Curso de Preparação para o Concurso de Técnicos de Educação para o MEC, a convite do DASP — GB.
 - 11.29 — Conferência sobre o Ensino Normal no Brasil, realizada a convite do Instituto Social do Estado do Rio Grande do Norte — 1960.
 - 11.30 — 1960 — Conferência sobre o Ensino Normal no Brasil realizada em Porto Alegre a convite da Secretaria de Educação e Cultura.
12. De 1960 a 1972. (Adendo).
- 12.1 — Reeleita para o Conselho Diretor da Associação Brasileira de Educação, biênio 1961-1962 — em 1960.
 - 12.2 — Diploma de Honra ao Mérito conferido pelo Centro Acadêmico Jackson de Figueiredo, pelos relevantes serviços prestados à Diretoria, gestão 1960-1961.
 - 12.3 — Certificado — Colégio Estadual do Paraná — Curso de Extensão Cultural — onde ministrou aula sobre "O Professor Moderno e sua Atuação Profissional", promovido pela Cordenação Geral da Docência, com uma série de 10 aulas, durante o período de 14-8 a 30-09-1961.
 - 12.4 — Certificado de aproveitamento — Curso de Extensão Universitária de Didática Geral — 11-10 a 18-10-1961 — U.F.P.
 - 12.5 — Exerce o cargo de Professor do Ensino Médio, padrão Y, com exercício no Instituto de Educação do Paraná — disciplina de Psicologia Educacional, no Curso de Administradores Escolares — 1961 — Junho.
 - 12.6 — Participação no I Simpósio Brasileiro de Administração Escolar — São Paulo — 5 a 11 de Fevereiro de 1961.
 - 12.7 — Colaborou durante cinco anos com o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais — 1961.
 - 12.8 — Frequentou o I Seminário sobre Meios de Comunicação no Ensino Superior, de 10 a 14 de setembro de 1962.
 - 12.9 — Participou da Comissão Organizadora do Anteprojeto da Lei Orgânica de Educação e Cultura — sendo pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná cumprimentada pelo trabalho — 1962.
 - 12.10 — Certificado como colaboradora, do Expert de L'UNESCO — H. Brulé, durante sua permanência no C.B.P.E. — 1958-1959-1960 — sobre o Ensino Primário no Brasil.
 - 12.11 — Certificado — Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais onde suas atividades de pesquisa e assessoramento técnico, se deram no campo da escola elementar e normal. Realizou levantamento significativo sobre as Escolas Normais existentes no Brasil — I.N.E.P.
 - 12.12 — Diploma — S.E.C. — Divisão de Ensino Pré-primário — Palestras proferidas 22-29-2 e 6-6-1964 — Dept. da Educação.
 - 12.13 — Designada pelo Diretor da Faculdade de Filosofia da UFP para responder pela direção do Depto. de Pedagogia desta Faculdade. (7-7-1964 — substituindo o Diretor em exercício) em 5.9.66 efetivada — Portaria n.º 83-66.
 - 12.14 — Atuação na qualidade de Coordenadora dos Cursos de Verão de 1964 — Temas de Educação — "Reitoria da U.P."
 - 12.15 — Certidão — Participou da Banca Examinadora de Concurso à Docência livre da cadeira de Didática Geral e Especial, realizado na FaFi. de 27-29 de maio de 1953.
 - 12.16 — Diploma — I Convenção Anual de Educação e Saúde — I Semana Municipal de Educação e Saúde — 1966.
 - 12.17 — Título — referente ao Decreto n.º 287, para prover em caráter efetivo, nos termos das leis nrs. 4.914, de 24 de agosto de 1964 e 5.201, de 6 de dezembro de 1965 no cargo de Professor de Ensino Médio — Símbolo M.M.4

(licenciado) — Disciplina de Psicologia Educacional, no Instituto de Educação do Paraná. — 2-3-1966.

- 12.18 — Fez parte da Comissão encarregada de elaborar o arte-projeto dum Convênio entre o Serviço de Recursos Audiovisuais, de Curitiba, e o Centro Regional de Pesquisas Educacionais "Prof. Queiroz Filho" — INEP — São Paulo — e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras — UFP — 12-1-1965.
- 12.19 — Participou na qualidade de coordenadora dos "Temas de Educação", durante a realização dos Cursos de Verão de 1966 — Reitoria da Universidade Federal do Paraná.
- 12.20 — Homenagem — IX Congresso dos Estabelecimentos Particulares de Ensino no Brasil, Curitiba — 9-15 de janeiro de 1966.
- 12.21 — Curso de Extensão Universitária — UFP — Psicologia da Aprendizagem — Certificado de Frequência — 10-22 outubro de 66.
- 12.22 — Palestra cívica — proferiu no Instituto de Educação do Paraná durante a Semana da Pátria — 1967.
- 12.23 — Designada pela Portaria n.º 1737-67, para compor a Banca Examinadora da disciplina de Fundamentos da Educação como membro Titular do concurso para provimento de Professor de Ensino Médio — M.M.4
- 12.24 — Recebeu o Diploma "Amigos da Escola", relativo à sua participação na tarefa de bem servir à infância e a juventude — da Escola Normal Colegial "Prof. Lysimaco F. da Costa" — Curitiba — 1967.
- 12.25 — Certificado — Curso Intensivo de Leitura Dinâmica — promoção do Centro de Letras e Academia José de Alencar do Paraná — 1968.
- 12.26 — Atestado, conferido pela Reitoria da Universidade do Paraná de que coordenou o Curso de Técnicas de Ensino "Escola Primária" dentro da programação dos Cursos de Verão — 1968.
- 12.27 — Entre os grupos de Trabalho designados pelo Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFP, para estudar e propor a organização da Faculdade de Educação fez parte do "Grupo de Didática Geral e Especial" — Portaria n.º 110-68.
- 12.28 — Recebeu Diploma de Honra ao Mérito, conferido pelo Colégio Estadual do Paraná, tendo em vista sua participação no programa "Pingos do Saber", levado ao ar na Televisão Paranaense — Canal 12 — junho de 1969.
- 12.29 — Designada para estudar a organização de um projeto de Centro Regional de Pós-graduação em Educação e Doutorado, entre a Universidade Federal do Paraná e outras Universidades da Região Sul — 1969.
- 12.30 — Orientou um Simpósio — Fac. Est. Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa — sobre Ensino Centrado no Aluno, através do tema: "Novas perspectivas Metodológicas" — Resultados de Experimentação e Pesquisa — por ocasião da III Semana Educacional — 1969.
- 12.31 — Certificado de Frequência — Curso de Extensão Universitária — UFP — Didática do Ensino Médio — 1969.
- 12.32 — Palestras proferidas no curso "Temas Atuais da Educação", durante a participação da UFP nas Comemorações do Bicentário da Lapa — 1969.
- 12.33 — Palestras proferidas no curso "Dinâmica de Grupo" durante a VI Universidade Volante na cidade de Cascavel de 20-26 de outubro de 1969.
- 12.34 — Proferiu palestras no Curso "Dinâmica de Grupo e Estudo Dirigido — Escola Média" — VII Universidade Volante na cidade de Paranavai — 19-25 de outubro de 1969 — e no curso "Laboratório de Teoria e Prática da Escola Primária" — VII Universidade Volante — 1969 — e Coordenadora dos Temas de Educação.
- 12.35 — Colaborou como integrante da Comissão Especial de Ciência da Educação, nos trabalhos de seleção do "Prêmio Moinho Santista" de 1970.
- 12.36 — Recebeu o Título de "Cidadã Benemérita" de sua cidade natal: Prudentópolis — PR — em 12 de agosto de 1970.
- 12.37 — Certificado de participação no I Seminário de Computação Eletrônica aplicada à Estatística — Curitiba, 10-13 de junho de 1970.
- 12.38 — Designada pelo Reitor da Universidade Federal do Paraná, como representante da Universidade no III ERPLED — Encontro Regional sobre Planejamento da Educação — 1970.
- 12.39 — O prefeito municipal de Curitiba, tendo em vista o contido no Ofício n.º 563-72 — DEG, em 28 de setembro, digo, dezembro de 1972, cria o Núcleo Comunitário Municipal Experimental Professora Eny Caldeira, localizado no bairro do Bacacheri e composto de uma Unidade de Saúde uma Unidade social e uma Unidade de Ensino Fundamental do Serviço Social e de Educação do Departamento de Bem Estar Social. 1973.

CURRICULUM VITAE (Resumo)

ENY CALDEIRA — nascida em 23-10-1916, brasileira, solteira, exerce atualmente a função de professora de Ensino Superior na Faculdade Federal de Filosofia da Universidade do Paraná — No campo de Didática e Prática de Ensino.

Licenciada em Pedagogia pela Faculdade Federal de Filosofia, realizou cursos de aperfeiçoamento na Europa — XXIX Curso Internacional Montessori na Universidade Italiana de Perugia, tendo nessa ocasião recebido orientação diretamente de Maria Montessori — 1950 — Curso de estudos pedagógicos na Universidade Italiana para estrangeiros de Perugia — 1950 — Curso Internacional de Introdução ao Ensino Musical — 1950 — Certificado de Estudos no Instituto de Psicologia da Universidade de Roma — 1950 — Certificado de estudos na UNESCO — 1951 — Paris — Certificado de estudos da Escola Prática ou altos Estudos, Universidade de Paris — Laboratório de Psico-biologia da criança sob orientação de René Zazzo — Paris — 1951-1952. Estágio de estudos no Instituto Jean Jacques Rousseau de Genebra — 1951. Na Maison de Petit de Claparède, 1951 — na Escola de Decroly em Bruxelas, 1951, — nas Escolas Montessorianas da Holanda — 1951.

No Brasil realizou estudos de aperfeiçoamento na Universidade do Paraná, de São Paulo, e do Rio de Janeiro.

Exerceu cargo de professora primária em Curitiba, 1935-1944, de professora de Psicologia no Instituto de Educação do Paraná, 1944-1952, de diretora do Instituto de Educação do Paraná, 1952-1955, de pesquisadora no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais — INEP — Rio de Janeiro — 1956-1961. De conselheira como membro do Conselho Estadual de Educação, 1965-1969. De organizadora e diretora do Departamento de Pedagogia da Faculdade Federal de Filosofia, 1961-1969. De coordenadora dos cursos de Verão na Universidade Federal do Paraná, de 1964 até a presente data.

Ofereceu colaboração à Organização dos Estados Americanos (OEA) — Monografia sobre o ensino Normal no Brasil — 1960. Ofereceu colaboração à Oficina Regional da UNESCO do Chile — Prática Docente.

Preparou documentos sobre "Oportunidades de Formação do Magistério Primário, em cada Unidade da Federação Brasileira", já publicados pelo INEP. Lê e fala o francês. Lê e fala o italiano. Lê e fala o inglês. Lê e compreende o espanhol.

Recebeu as "Palmas Acadêmicas" do Ministério de Instrução Pública da França.

Participou em Congressos de Educação oferecendo contribuições. A partir de 1961 vem realizando experiências de ensino e pesquisa. Aperfeiçoando pessoal de nível superior na ação, escrevendo relatórios de pesquisa centrados no campo da educação, quais sejam:

- 1 — Contribuição de Pesquisa Operacional na solução dos problemas didáticos — tese de cátedra ainda não defendida — 1966.
- 2 — "Avaliação operacional no processo de desenvolvimento do Ensino Normal" — Convênio com o Estado — Relatório — 1967-1968 — Trabalho de Equipe.
- 3 — "A sala de aula e Educação integral" — sondagem da situação e necessidade do ensino primário em Curitiba — aspectos qualitativos — Relatório — 1966. — Apresentação no Encontro de Educação e Saúde da Prefeitura.
- 4 — Levantamento do Ensino Primário em Curitiba, aspectos qualitativos — Relatório — 1964.
- 5 — Experiência em Arte na Educação — organização do Laboratório de Artes no Departamento de Pedagogia — A partir de 1964 — Relatórios.
- 6 — Caminhos de aprendizagem — contribuição metodológica em preparo. Resultados de experiências.
- 7 — Experiência em Laboratório Comportamental — 2 semestres — 1969 — Relatório.
- 8 — Avaliação das 4.a e 5.a séries em Curitiba — Sondagem prévia — 1969 — Relatório.
- 9 — Laboratório de materiais de aprendizado — Mensagens instrumentalizadas — 1969 — Relatório.
- 10 — Experiências de Laboratório de Ensino e Aprendizagem nas Universidades volantes da Lapa, Cascavel e Paranavai. Relatórios — 1968-1969.
- 11 — Tríduo Pedagógico como processo de relacionamento na comunidade. Relatório — 1969.
- 12 — Levantamento da situação e necessidades dos adolescentes em Curitiba. Em preparo Desenvolvimento de Técnicas.
- 13 — Contribuição em equipe no Seminário de Estudos da Faculdade de Filosofia de Ponta Grossa — Tema: O Ensino centrado no aluno. — Relatório gravado — 1969.
- 14 — Contribuição no Encontro da Faculdade de Filosofia de Florianópolis — Estratégias no desenvolvimento da metodologia do ensino superior — Relatório — 1969.
- 15 — Estudos e Pareceres sobre a Educação. Relatório de 66 páginas — 1969.

Curitiba 05 de abril de 1973.

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 63-73

O ilustre Deputado Odilon Reinhardt, em ato altamente elogiável, propõe a esta Casa, através do Projeto de Lei em exame, a concessão de título de Cidadã Benemerita do Paraná à Professora Eny Caldeira.

Para felicidade nossa, fomos designados relator do Projeto nesta Comissão. E o fazemos altamente honrados, porque acompanhamos de perto, e com grande admiração e respeito, a vida dessa ilustre Mestra paranaense, toda ela dedicada à dignificante e árdua missão de educar.

Professora emérita, possuidora de invejável cultura técnica e humanística, Dona Eny Caldeira, honra e eleva o magistério não só paranaense como brasileiro. Por isso é com enorme satisfação que nos manifestamos plenamente de acordo com a aprovação desta Assembleia para a proposição.

E o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 30-5-73.

aa) (Assinatura ilegível) — Presidente.

Deputado Quisiele Crisostomo da Silva
(Assinaturas ilegíveis)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 282-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Resolução n.º 74-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 260-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando sejam transcritas nos Anais da Casa as magníficas Ordem do Dia do Sr. Ministro de Exército e do Sr. Ministro da Aeronáutica, reverenciando os heróis de 1935. — **Aprovado.** (A matéria a ser transcrita, acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado pedido de informações, no sentido de que confirme oficialmente a esta Casa, as informações contidas no pronunciamento do Sr. Deputado Paulo Poli, feito da Tribuna desta Assembleia, em Sessão do dia 26 do corrente. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações pelo transcurso do X aniversário de Fundação da Associação das Médicas do Brasil — Seção do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Chefe do Distrito do D.N.E.R. no Paraná, pleiteando que se empenhe junto ao Ministério dos Transportes pelo deslocamento da BR-116, e como medida imediata e urgente, determine a reprogramação dos semáforos com preferência às vias urbanas, usadas pela população de toda zona sul. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, solicitando-lhe reivindicar junto ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e da Petróleo Brasileiro S. A. — Petróbrás, a inclusão do Município da Lapa no programa de implantação do complexo-petroquímico da região sudeste do Paraná, ora em execução. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 28, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 4.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 248-73.
 - 3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 150-73.
 - 2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 63-73.
 - 1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 231-73, 260-73 e de Resolução n.º 74-73.
- Levanta-se a Sessão.

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. ANTONIO LOPES JUNIOR, NA SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 27-11-73.

"EXÉRCITO"

É a seguinte a Ordem do Dia do Ministério do Exército:

"Nas solenes celebrações de hoje, em que a alma nacional, envolta em crepe chora a memória dos bravos tombados à traição por defenderem nossos princípios cristãos e democráticos, o que sobreleva é a fé no cumprimento do dever".

"Mercê de Deus, o soldado brasileiro, em novembro de 1935, fez-se forte até o heroísmo ao contrapor-se, com energia desassombro e o tributo da própria vida à selvageria dos agentes do comunismo. E o Exército rochedo inabalável da nacionalidade, uma vez mais cumpriu sua missão. A mesma fé — e inquebrantável constância — levaram nossas Forças Armadas refletindo inelutáveis exigências da Nação, à vitoriosa revolução de 31 de março de 1964, que destruiu outra tentativa, diferente na forma, de implantar o regime marxista-leninista no país, desta vez com a conivência de homens do próprio Governo.

MEUS CAMARADAS

Nos dias atuais, em que se desenvolve louvável esforço para tornar realidade a paz universal, não se modificou a conduta do movimento comunista internacional: A hidra vermelha persegue o mesmo objetivo de estender seu domínio totalitário sobre o mundo livre e guarda inalterado, a substância ideológica que lhe confere faculdade mimética de esperar o momento da ação e ajustar métodos e técnicas às peculiaridades do ambiente. Escudado na paz que pretende a seu feito, alterna atitudes de "coexistência pacífica" com a apologia da violência e luta armada; Busca minar a disciplina e enfraquecer as instituições militares, na convicção de que os povos indefesos não tem o direito à escolha de seu estilo de vida e nem mesmo à soberania".

"Como parte de um todo a quem a pátria confia seus filhos para a vida e para a morte, na tarefa de defendê-la, tenhamos sempre presente que a guerra moderna, com todo o poder das armas, é sobretudo uma luta de forças morais, em que vencerá aquele que tiver mais fé em seus ideais. Assim, é imperativo exercitar a coesão profissional, pela instrução, enquadramento e aperfeiçoamento da capacidade de comando em todos os escalões; E manter preparados os quadros e a tropa, pelo culto das virtudes militares e do espírito nacional".

Soldados, na solidariedade total aos irmãos ceifados no cumprimento do dever, mantenhamos vivo o repúdio ao comunismo ateu, e decidido o ânimo de dar perenidade aos ideais democráticos de nossa gente, para a edificação de um Brasil que queremos cada vez mais forte e cristão".

AERONÁUTICA

É a seguinte a ordem do dia do Ministro da Aeronáutica, Araripe Macedo, pela passagem de mais um aniversário da intenciona comunista de 1935:

"Na madrugada de 27 de novembro de 1935 a noite escondeu a face dos traidores, mas ao nascer do dia já brilhavam para a história os nomes dos heróis tombados no cumprimento do dever.

A intenciona comunista de 35 é, sem dúvida, uma das páginas mais tristes da história da República. Foi o apice de uma crise, onde a debilidade econômica e a fragilidade política da época serviram de pano de fundo para um movimento eminentemente ideológico, planejado e dirigido por estrangeiros e levado a efeito por maus brasileiros. A organização social e política da nação foi posta em risco, pelo radicalismo de poucos e pela complacência ou desconhecimento de muitos.

A sordidez dos métodos empregados, desde a traição até o assassinio de companheiros adormecidos, retrata, em toda a sua crueldade, o clima de violência e a privação da razão que caracterizavam os grupos extremistas do PCB. A estratégia de então não mudou, consistindo em assumir o controle dos partidos políticos através da demagogia oportunista; De grupos trabalhistas, através das campanhas reivindicatórias; Dos trabalhadores do campo, mediante falsas promessas e das classes estudantis, pela exploração do idealismo e do entusiasmo próprios da juventude. Mas os bárbaros episódios de 1935, tão claros e significativos não foram suficientes para alertar as novas gerações e chegamos, assim, aos dias sombrios de 1964. Mais uma vez falou mais alto a voz da razão e, em defesa da liberdade contestada, fomos às ruas para, irmanados com a maioria lúcida deste país, reafirmar a nossa vocação democrática e salvar a nacionalidade do jugo comunista.

Ao reverenciarmos, 38 anos após a memória dos que tombaram em defesa de nossas tradições devemos permanecer unidos e atentos contra as solertes manobras do inimigo; somente assim o sacrifício de suas vidas não terá sido em vão. Este é o nosso dever para com a pátria, cuja honra, integridade e instituições juramos defender com sacrifício da própria vida!"

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7.a LEGISLATURA — 3.a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 32.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Gilberto Carvalho. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o Deputado Basílio Zanusso apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 154-73 — de autoria do Deputado Emílio Carazzai, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial no valor de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), à Diocese de Cornélio Procopio. PROJETO DE LEI N.º 178-73 — de autoria do Deputado Emílio Carazzai, que declara de utilidade pública o Movimento Pró Creche Nossa Senhora do Rocio, de Curitiba. PROJETO DE LEI N.º 233-73 — de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 87-73, encaminhando anteprojeto de lei solicitando autorização para contrair empréstimos com a Caixa Econômica Federal — C.E.F. PROJETO DE LEI N.º 244-73 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 86-73, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre a inclusão em futuros orçamentos, recursos orçamentários que especifica. PROJETO DE LEI N.º 247-73 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 85-73, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva instituir a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba. PROJETO DE LEI N.º 250-73 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 88-73, encaminhando anteprojeto de lei solicitando autorização para permutar mediante prévia avaliação a área

de terreno da Gleba Maringá, de propriedade do Estado do Paraná, pelos lotes n.ºs. 1 a 10, do Jardim Clementino em Marialva, de propriedade da firma Indústrias de Óleos Nata S/A. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélío Guimarães Sotó-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

- a) Gilberto Carvalho — Presidente
a) Lélío Guimarães Sotó-Maior — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 154-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) para instalação da Diocese de Cornélio Procopio.

Art. 2.º. As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado, vigente.

Art. 3.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-11-73

- aa) Gilberto Carvalho — Presidente
Basílio Zanusso — Iris Caldart — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 178-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º. Fica declarada de utilidade pública o Movimento Pró Creche Nossa Senhora do Rocio, com sede em Curitiba.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-11-73

- aa) Gilberto Carvalho — Presidente
Basílio Zanusso — Iris Caldart — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 233-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a contrair empréstimos com a Caixa Econômica Federal — C.E.F. até o valor Unidade Padrão de Capital — UPC correspondente a Cr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros) para serem aplicados na execução de obras do sistema de abastecimento de Água e Esgotos e convencionado nos contratos de empréstimos os juros, correção monetária, prazo, amortizações e demais condições.

Art. 2.º. Para obtenção dos empréstimos referidos no artigo anterior fica ainda o Governo do Estado autorizado a dar fiança, aval, conceder garantias ou contragarantias que forem exigidas, especialmente, nas seguintes formas:

I — vincular parcelas dos recursos provenientes da arrecadação do ICM ao pagamento das obrigações pecuniárias decorrentes dos contratos de empréstimos que assinar com a Caixa Econômica Federal — C.E.F.;

II — conferir poderes à Caixa Econômica Federal — C.E.F. para levantar fundo ao banco oficial depositário as parcelas dos recursos provenientes da arrecadação do ICM vinculadas ao pagamento das obrigações pecuniárias decorrentes dos contratos de empréstimos que assinarem;

III — conferir poderes ao banco oficial depositário dos recursos provenientes da arrecadação do ICM para bloquear as parcelas vinculadas, aplicando-as no pagamento das correspondentes obrigações pecuniárias.

Parágrafo único. Os poderes previstos neste artigo só poderão ser usados pela Caixa Econômica Federal — C.E.F. na hipótese do Governo do Estado não ter efetuado, no vencimento, o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimo celebrados com a Caixa Econômica Federal.

Art. 3.º. O Poder Executivo fica autorizado a contratar com o banco oficial depositário dos recursos provenientes da arrecadação do ICM, ou seja, com o Banco do Estado do Paraná S/A., a prestação de fiança concernente aos referidos empréstimos.

Art. 4.º. O Poder Executivo deverá incluir, anualmente e durante o prazo contratual, no Orçamento Geral do Estado — Órgão ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO, os recursos orçamentários necessários ao pagamento dos juros, correção monetária, amortização e resgate dos empréstimos autorizados na presente Lei.

Art. 5.º. A execução do disposto nos artigos anteriores podera efetivar-se em uma ou mais operações, e em qualquer data, até que seja atingido o montante fixado no artigo primeiro

Art. 6.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-11-73

- aa) Gilberto Carvalho — Presidente
Basílio Zanusso — Iris Caldart — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 244-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º. O Poder Executivo, através da Secretaria da Agricultura ou de outro órgão competente, incluirá anualmente, nos futuros orçamentos, a título de TRANSFERÊNCIAS à Fundação Instituto Agronômico do Paraná, os recursos orçamentários necessários ao pagamento de:

I — amortização do principal e demais encargos financeiros, inclusive correção monetária ou diferença de câmbio, relativos à operações de crédito, contratadas ou a contratar pela Fundação Instituto Agronômico do Paraná — IAPAR, com o Banco do Brasil S.A., este na qualidade de Agente Financeiro do Banco Central do Brasil, ou com outra entidade financiadora, no valor de até Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros);

II — custeio das despesas com a manutenção da Fundação Instituto Agronômico do Paraná — IAPAR, nos exercícios de 1973, 1974, 1975 e 1976, incluindo-se os gastos com pessoal administrativo e técnico contratado para a execução de trabalhos de pesquisa e experimentação, no mínimo de Cr\$ 30.200.000,00 (trinta milhões e duzentos mil cruzeiros), de conformidade com o protocolo assinado em 10-07-73, entre o Instituto Brasileiro do Café, a Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná e a Fundação IAPAR.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-11-73

- aa) Gilberto Carvalho — Presidente
Basílio Zanusso — Iris Caldart — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 247-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

CAPÍTULO I

Da Organização

Art. 1.º. Fica instituída a COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA — COMEC, visando a realização de serviços comuns aos Municípios que integram a Região Metropolitana de Curitiba, estabelecida nos termos do artigo 164, da Constituição da República e da Lei Complementar Federal n.º 14, de 08 de junho de 1973.

Art. 2.º. O território da Região Metropolitana é área contínua constituída dos atuais Municípios de Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Boqueirão do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Piraquara, São José dos Pinhais, Rio Branco do Sul, Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Mandrituba e Balsa Nova

Art. 3.º. A Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, dotada de autonomia técnica e administrativa, será vinculada ao Governador do Estado através da Coordenação do Planejamento Estadual e terá sede e foro em Curitiba.

Art. 4.º. A COMEC é composta dos Conselhos Deliberativo e Consultivo aludidos no artigo 2.º da Lei Complementar Federal n.º 14-73 e de uma Secretaria Administrativa.

Art. 5.º. O Conselho Deliberativo constituir-se-á de 5 (cinco) membros, sendo um deles indicado pelo Município de Curitiba e outro pelos demais Municípios integrantes da Região Metropolitana, todos nomeados pelo Governador do Estado.

§ 1.º — O representante do Município de Curitiba será indicado em lista tríplice, pelo Prefeito.

§ 2.º — O representante dos demais Municípios da Região será indicado pela maioria absoluta de seus Prefeitos.

§ 3.º — O Presidente do Conselho Deliberativo é o Secretário de Estado responsável pelo Planejamento Estadual.

Art. 6.º. O Conselho Consultivo, dirigido pelo Presidente do Conselho Deliberativo, compor-se-á de um representante de cada Município integrante da Região nomeado pelo Governador do Estado.

CAPÍTULO II

Da Competência

Art. 7.º. Compete basicamente a COMEC:

I — Cumprir o disposto no artigo 164, da Constituição Federal, nos termos de sua legislação complementar;

II — promover, elaborar, aprovar, fazer cumprir e controlar o planejamento integrado da Região;

III — promover, coordenar e elaborar estudos, projetos e programas, harmonizando-os com os das diretrizes do planejamento regional;

IV — realizar pesquisas destinadas a fornecer e atualizar os dados necessários ao planejamento integrado da Região;

V — coordenar os serviços comuns de interesse metropolitano empreendidos pelo Estado e Municípios da Região;

VI — articular-se com os órgãos da União objetivando a compatibilização dos programas de interesse metropolitano;

VII — coordenar a elaboração de programas e projetos de obra, atividades e serviços de interesse metropolitano, consubstanciados em orçamentos anuais e plurianuais;

VIII — propor aos poderes competentes expedições de medidas legislativas e administrativas;

IX — estabelecer diretrizes e normas para os planos municipais de desenvolvimento, bem como colaborar com os municípios na sua elaboração, visando a adequação ao planejamento integrado da Região Metropolitana;

X — propor desapropriações e estabelecer limitações e servidões administrativas necessárias à suas atividades e finalidades;

XI — opinar sobre concessão, permissão e autorização de serviços de interesse metropolitano;

XII — obter e fornecer recursos técnicos e financeiros para consecução de seus objetivos;

XIII — promover, mediante convênio e através dos órgãos competentes, a execução supletiva das atividades locais que, em razão do planejamento integrado da Região Metropolitana, ultrapassem a capacidade executiva dos municípios;

XIV — celebrar convênios, constituir consórcios e delegar atribuições de sua competência a órgãos regionais, setoriais e locais;

XV — providenciar transferência ou alienação de bens desapropriados para fins de renovação urbana; e

XVI — exercer todos os poderes de administração da Entidade.

Art. 8.º. Compete basicamente ao Conselho Deliberativo:

I — Promover a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana;

II — promover a programação dos serviços comuns dos Municípios da Região;

III — coordenar a execução de programas e projetos de interesse da Região Metropolitana, objetivando-lhes, sempre que possível, a unificação quanto aos serviços comuns;

IV — formular as diretrizes da política de desenvolvimento da Região;

V — aprovar o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana, bem como os planos setoriais e relativos aos serviços comuns;

VI — propor alterações na área territorial da Região;

VII — aprovar os critérios de contratação de serviços técnicos especializados; e

VIII — deliberar sobre a criação de empresas de âmbito metropolitano.

Art. 9.º. Compete ao Conselho Consultivo:

I — Opinar, por solicitação do Conselho Deliberativo, sobre questões de interesse da Região Metropolitana;

II — sugerir ao Conselho Deliberativo a elaboração de planos regionais e a adoção de providências relativas à execução de serviços comuns;

III — opinar sobre qualquer matéria que lhe for submetida pelo Conselho Deliberativo; e

IV — opinar sobre o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana, bem como os planos setoriais decorrentes e relativos aos serviços comuns.

Art. 10.º. Compete à Secretaria Administrativa:

I — Executar as decisões dos Conselhos Deliberativo e Consultivo a ela relacionadas;

II — promover, coordenar e dirigir a execução dos serviços administrativos da COMEC; e

III — contratar pessoal, serviços e fornecimentos de materiais necessários à instalação, funcionamento e manutenção da COMEC.

CAPÍTULO III Dos Serviços Metropolitanos

Art. 11. Reputam-se de interesse metropolitano os seguintes serviços comuns aos municípios que integram a Região:

- I — Planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social;
- II — saneamento básico, notadamente abastecimento de água e rede de esgotos e serviços de limpeza pública;
- III — uso do solo metropolitano;
- IV — transporte e sistema viário;
- V — produção e distribuição de gás combustível canalizado;
- VI — aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental, na forma que dispuser a Lei Federal; e
- VII — outros serviços incluídos na área de competência do Conselho Deliberativo por Lei Federal.

Art. 12. As obras relativas aos serviços mencionados no artigo anterior serão executadas por órgãos competentes do Estado ou, mediante convênios ou contratos, com órgãos da União ou dos Municípios participantes.

CAPÍTULO IV A Administração

Art. 13. A COMEC proverá as necessidades de sua administração, podendo firmar acordos, convênios ou ajustes com outras entidades de direito público ou privado, para fins de cooperação, execução de Leis, assistência técnica e prestação de serviços.

Art. 14. Decreto do Poder Executivo Estadual aprovará a estrutura interna, regulamentação e regimentos dos órgãos da COMEC, seu quadro funcional e salários bem como fixará a forma de remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativo e Consultivo.

Art. 15. Os servidores da COMEC serão submetidos ao regime de Legislação Trabalhista.

Art. 16. Os servidores públicos do Estado e dos Municípios, bem como os servidores empregados de seus órgãos de administração indireta que forem colocados à disposição da COMEC conservarão seu regime jurídico e filiação previdenciária.

CAPÍTULO V Das Disposições Gerais

Art. 17. Os órgãos estaduais, as empresas de âmbito metropolitano e as entidades que, através de convênio, executarem programas e projetos de interesse da Região Metropolitana, deverão pautar sua ação pelas diretrizes contidas no Plano de Desenvolvimento Integrado da Região, nos seus aspectos gerais ou setoriais.

Art. 18. As entidades e órgãos atualmente encarregados de serviços comuns compreendidos como de interesse regional, manterão, pelas diretivas existentes, enquanto não hajam tomadas resoluções específicas da COMEC.

Art. 19. As empresas e entidades de âmbito metropolitano serão, pela forma adequada, vinculadas à COMEC.

Art. 20. As deliberações da COMEC terão forma de resolução e serão publicadas no Diário Oficial do Estado.

Art. 21. Os Municípios da Região, ao realizarem obras e serviços que tenham forçosamente reflexos e implicações sobre outros Municípios, deverão submeter os projetos previamente à aprovação da COMEC.

Art. 22. As obras e serviços do Governo Estadual a serem implantadas na área metropolitana, pelos seus órgãos e entidades, deverão ser realizados coordenadamente com as diretivas da COMEC, nos planos setoriais e do Plano de Desenvolvimento Integrado, em harmonia com o planejamento regional e municipal respectivo.

Art. 23. Mediante convênio o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) exercerá a função de órgão interno de planejamento da Região e de assessoramento dos Conselhos.

Art. 24. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos especiais até o valor de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado ao atendimento de despesas com a instalação e funcionamento da COMEC, mediante o cancelamento de igual valor em dotações constantes do vigente Orçamento Geral do Estado.

Art. 25. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-11-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basílio Zanusso — Iris Caldart — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 250-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a permutar mediante prévia avaliação e preenchimento de todas as formalidades legais, a área de terreno remanescente do lote n.º 36-A, da Gleba Patrimônio Maringá, com a área aproximada de 5.984,54 m², de propriedade do Estado do Paraná, pelos lotes de n.ºs. 1 a 10, da Quadra n.º 3 do Jardim Clementino, do Município de Marialva, com a área total de 3.300,00 m², de propriedade da firma Indústria de Óleos Nata S.A.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-11-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basílio Zanusso — Iris Caldart — Relatores

COMISSÃO DE FINANÇAS

7.a LEGISLATURA — 3.a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 10.a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala das Reuniões, às 13,30 (treze e trinta) horas reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Quielse C. da Silva e contando com as presenças dos Senhores Deputados Gilberto Carvalho, João C. Fadel, Francisco Escorsin, Alvaro Dias e Aginaldo Pereira Lima. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes projetos: PROJETO DE LEI N.º 190-72 — de autoria do Senhor Deputado Luiz Roberto Soares, que inclui na lista para promoção por merecimento a entrada especial, os agentes do Ministério Público de entrada intermediária conforme específica e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Francisco Escorsin, parecer contrário — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 117-73 — de autoria do Senhor Deputado João C. Fadel, que autoriza o Poder Executivo, criar uma Faculdade de Veterinária, na sede do Município de Castro e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 134-73 — de autoria do Senhor Deputado João C. Fadel, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Agrícola, na sede do Município de Castro. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 145-73 — de autoria do Senhor Deputado João C. Fadel, que autoriza o Poder Executivo transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de implantação de revestimento, conserva e manutenção, a rodovia que liga os Municípios de Rio Negro, Lapa e Antonio Olinto. Relator Senhor Deputado Francisco Escorsin, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 203-73 — de autoria do Senhor Deputado José Muggiati Filho, que autoriza o Poder Executivo, conceder pensão mensal equivalente a dezesseis (16) vezes o maior salário mínimo regional à Sra. Neusa Nascimento Mello, viúva de ex-Interventor Estadual. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer contrário — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 231-73 — de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes, que cria a Inspeção de Ensino de Nova Londrina, com jurisdição sobre os Municípios de Nova Londrina, Marilena e Itauna do Sul e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 236-73 — de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Alto Paraná, a data de terreno n.º 9, da quadra 369, com área que especifica, situado no referido município. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 238-73 — de autoria dos Senhores Deputados Jorge Sato e Paulo Poli, que transfere para a responsabilidade do Departamento de Estrada de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga a sede do Município de Itambé à Rodovia PR-13 (Campo Mourão — Maringá). Relator Senhor Deputado Francisco Escorsin, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 240-73 — de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, que declara de utilidade pública o "Educandário São José", com sede e foro na cidade de Paranavai. Relator Senhor Deputado Francisco Escorsin, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 251-73 — de autoria do Senhor Deputado Muggiati Filho, que declara de utilidade pública o "Centro Bom Pastor", com sede e foro nesta Capital. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 253-73 — de autoria do Senhor Deputado Quielse C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Campina Grande do Sul, o trator que especifica, de propriedade da Secretaria da Agricultura e de posse do referido Município em comodato. Relator Senhor Deputado João C. Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 254-73 — de autoria do Senhor Deputado João Mansur que declara de utilidade pública a Fundação Bamerindus de Assistência Social, com sede e foro nesta Capital. Relator Senhor Deputado João C. Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 256-73 — de autoria do Senhor Deputado Antonio Franco Ferreira da Costa, que declara de utilidade pública o "Clube de Exportadores do Paraná — CEXIMPAR, com sede nesta Capital. Relator Senhor Deputado João C. Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 260-73 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 95-73 — encaminhando anteprojeto de lei que objetiva abrir um crédito especial de Cr\$ 22.724,00 (vinte e dois mil, setecentos e vinte e quatro cruzeiros), para liquidação de dívida contraída pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina com o Instituto de Desenvolvimento dos Portos de Paranaguá e Antonina com o Instituto de Desenvolvimento Florestal, Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 267-73 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 101-73 — encaminhando anteprojeto de lei que cria o Quadro Próprio do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas do Estado, os Cargos Isolados em Comissão que especifica. Relator Senhor Deputado João C. Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 273-73 — de autoria do Senhor Deputado Xenofonte Villanueva, que declara de utilidade pública a sociedade "Escola Roland", da cidade de Rolândia. Relator Senhor Deputado João C. Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 74-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 249-73 — Aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado e a Universidade Federal, objetivando formulação de um Plano de Obras adequado à Tipologia Urbana do Estado e Análise de Programação das Despesas Públicas do Estado do Paraná a nível Municipal. Relator Senhor Deputado João C. Fadel, parecer favorável — aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar eu Teresinha B. de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

aa) Quielse C. da Silva — Presidente

Teresinha B. de M. e Claro — Secretária